

Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	29.06.2016	2016-2018
Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	29.06.2016	2016-2018
Conselho de Administração			
Presidente	Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque	23-05-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Engº Carlos Alberto do Maio Correia	23-05-2016	2016-2018
Conselho Fiscal			
Presidente	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa	29.06.2016	2016-2018
Vogal Efetivo	Dra. Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio	29.06.2016	2016-2018
Vogal Efetivo	PriceWaterHouseCoopers & Associados – SROC nº 183 representada pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques, ROC nº 1271	29.06.2016	2016-2018
Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo, ROC nº 903	29.06.2016	2016-2018
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	05-05-2015	2013-2015
Presidente	Eng.º José Inácio Coelho Toscano ¹	22-02-2013	2013-2015
Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	22-02-2013	2013-2015
Conselho de Administração			
Presidente	Dr. Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha	22-02-2013	2013-2015
Vogal Executivo	Eng.º Carlos Manuel Seixas da Fonseca	22-02-2013	2013-2015
Conselho Fiscal			
Presidente	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa	22-02-2013	2013-2015
Vogal Efetivo	Dra. Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio	22-02-2013	2013-2015
Vogal Efetivo	PriceWaterHouseCoopers & Associados – SROC nº 183, representada pelo Dr. José Pereira Alves, ROC nº 711	22-02-2013	2013-2015
Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo, ROC nº 903	22-02-2013	2013-2015

¹ Renunciou ao cargo em 01/12/2013

Estatuto remuneratório fixado

Mandato 2016-2018

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €

A estes valores ilíquidos fixados devem ser aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente vigentes. Aplicam-se ainda outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas. A remuneração efetivamente auferida não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

2. Conselho de Administração

Presidente: Vencimento mensal ilíquido: 4.864,34 € pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.945,74 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal executivo: Vencimento mensal ilíquido: 3.891,47 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59 €, pago 12 vezes por ano.

O subsídio de Natal será pago mensalmente, por duodécimos, e apurado respetivamente nos termos do nº 1 e 2 do artigo 20º da Lei nº 7-A/2016, de 7 de março.

Durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), são prorrogados, nos termos do artigo 101º do Decreto-lei nº 18/2016, de 13 de abril (Decreto-lei de execução do Orçamento do Estado para 2016) os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:

- i) Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas; e
- ii) Não há lugar à aplicação de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme medida também prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março.

A redução prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, será progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com as reversões estabelecidas na lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Regalias e benefícios sociais:

- a) Subsídio de refeição: o respetivo valor não poderá ser superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, ou caso o valor percebido a 31 de dezembro de 2014 não coincida com o montante fixado na referida portaria, não poderá ser objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja o referido valor, nos termos do nº 1 e 2 do artigo 43º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, cujos efeitos foram prorrogados para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 13 de março.

- b) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.
- c) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público e
- d) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público

Não é permitida:

- i) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- ii) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Ao estatuto remuneratório fixado aplicam-se outras disposições que venham a ser aprovadas.

3. Conselho Fiscal

Presidente: Valor mensal líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogal: Valor mensal líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Revisor Oficial de Contas (ROC): A remuneração anual líquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração mensal global líquida atribuída à Presidente do Conselho de Administração da APSS, SA.

Ao valor da prestação de serviços, pago 12 meses por ano, acresce IVA, à taxa legal em vigor. Deverão ser reembolsadas pela entidade ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 58º dos Estatutos da OROC.

A estes valores líquidos fixados devem ser aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente vigentes. Aplicam-se ainda outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas. A remuneração efetivamente auferida não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Mandato 2013-2015

O estatuto remuneratório foi fixado por Deliberação Social Unânime Por Escrito, datada de 23 de maio de 2016, através da qual foram eleitos os membros Conselho de Administração da APSS para o triénio 2013-2015.

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2. Conselho de Administração

Presidente: Valor mensal líquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal executivo: Valor mensal líquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- e) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- f) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- g) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

De acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

3. Conselho Fiscal (inclui Revisor Oficial de Contas)

Presidente: Valor mensal líquido de 1.281,90 €, pagas 14 vezes por ano.

Vogal: Valor mensal líquido de 961,42 €, pagas 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias nos termos do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Revisor Oficial de Contas: A remuneração anual líquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Ao valor mensal determinado será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Aplicar-se-ão a todas as remunerações dos órgãos sociais outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.

Sem prejuízo das reduções supra referidas nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Mesa Assembleia Geral

2016

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			Valor Bruto Final (4) = (1) - (2) + (3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2016-2018	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00
2016-2018	Secretário	Pedro Manuel Mota C. Grilo	350,00	350,00	28,26	0,00	321,74

Nos termos do disposto na ata número trinta e um da reunião anual da Assembleia Geral realizada em 29 de junho de 2016 que elegeu os membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da APSS, SA e fixou o respetivo estatuto remuneratório ao valor da senha de presença acima referido relativa ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

2015

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2015-2015	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	500	0	0	0	0
2013-2015	Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	350	350	28	0	322

Nos termos do ponto 8 Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais ao valor da senha de presença acima referido, relativa ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012.

2014

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	
2013-2015	Presidente	(a)	500	0	0	0
2013-2015	Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	350	350	28	322

(a) O cargo encontra-se vago por renúncia do Presidente eleito em AG de 22-02-2013

Nos termos do ponto 8 Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais ao valor da senha de presença acima referido, relativa ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012.

2. Conselho de Administração

2016

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2016(€)						Encargo da APSS, SA
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)	
Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha*	31.586,32	N.A.	31.586,32	3.722,46	0,00	27.863,86	27.863,86
Carlos Manuel Seixas da Fonseca* a)	36.541,14	N.A.	36.541,14	1.859,40	0,00	34.681,74	34.681,74
Maria Lídia Ferreira Sequeira	55.387,57	N.A.	55.387,57	2.769,34	0,00	52.618,23	26.309,12
José Emilio Coutinho Garrido Castel Branco	44.310,05	N.A.	44.310,05	2.215,46	0,00	42.094,59	21.047,30
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	44.310,05	N.A.	44.310,05	2.215,46	0,00	42.094,59	21.047,30
Ricardo Jorge de Sousa Roque	44.310,05	N.A.	44.310,05	2.215,46	0,00	42.094,59	21.047,30
Carlos Alberto do Maio Correia	44.310,05	N.A.	44.310,05	2.215,46	0,00	42.094,59	21.047,30
			300.755,23	17.213,04	0,00	283.542,19	173.043,90

* Cessaram funções a 23-05-2016

(a) No valor indicados está incluído o pagamento de férias não gozadas, férias vencidas e proporcionais de sub. de férias porquanto o Sr. Vogal do CA cessou funções na condição de desligado do serviço a aguardar aposentação

NOTA: de acordo com a DUE a remuneração dos atuais administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais, pela APL e pela APSS

Nos termos ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório para os órgãos sociais para o triénio 2013-2015 estes não podiam auferir efetivamente remuneração superior aos montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, pelo que as remunerações do Presidente Vítor Caldeirinha e do Vogal do Conselho de Administração foram reduzidas não só por efeito do art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho mas ainda de modo a se manterem nos valores atribuídos a 1 de Março de 2012. À remuneração dos atuais membros do Conselho de Administração por efeito do estabelecido na DUE de 23 de maio de 2016, aplicam-se as reduções legalmente vigentes durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Membro do CA (Nome)	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais									
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Encargo APSS, SA	Regime Proteção Social			Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo APSS, SA	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros		
				Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual APSS, SA				Identificar	Valor	Encargo APSS, SA
Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha*	4,27	388,56	388,56	CGA/ADSE	7.006,81	7.006,81	67,35	67,35	N.A			
Carlos Manuel Seixas da Fonseca*	4,27	311,71	311,71	CGA/ADSE	9.106,76	9.106,76	67,35	67,35	N.A			
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	4,27	610,61	305,31	SS/ADSE	8.407,21	4.203,61	N.A	0,00	N.A			
José Emilio Coutinho Garrido Castel Branco	4,27	589,26	294,63	CGA/ADSE	9.996,28	4.998,14	N.A	0,00	N.A	Sub. p/ estudos	1200,00	600,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	4,27	602,07	301,04	SS/ADSE	9.997,47	4.998,74	N.A	0,00	N.A	Sub. p/ estudos e de infância	255,00	127,50
Ricardo Jorge de Sousa Roque	4,27	644,77	322,39	SS	9.997,47	4.998,74	139,29	69,65	N.A			
Carlos Alberto do Maio Correia	4,27	550,83	275,42	SS	9.997,47	4.998,74	351,35	175,68	N.A	Sub. p/ estudos e p/ prática de desporto	345,00	172,50
		3.697,81	2.199,04		64.509,47	40.311,52	625,34	380,02			1.800,00	900,00

* Cessaram funções a 23-05-2016

NOTA: de acordo com a DUE a remuneração dos atuais administradores , bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais , pela APL e pela APSS

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a deslocações em serviço (€)					
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha*	689,93	201,00	103,80			994,73
Carlos Manuel Seixas da Fonseca*	1.517,83	689,93	490,20	Refeições	105,21	2.803,17
Maria Lúcia Ferreira Sequeira						
José Emilio Coutinho Garrido Castel Branco						
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos						
Ricardo Jorge de Sousa Roque						
Carlos Alberto do Maio Correia						
						3.797,90

* Cessaram funções a 23-05-2016

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha*	80,00	400,00	
Carlos Manuel Seixas da Fonseca*	80,00	400,00	
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	80,00	358,58	
José Emilio Coutinho Garrido Castel Branco	80,00	161,14	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	80,00	215,79	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	238,67	
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	192,00	

* Cessaram funções a 23-05-2016

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha*	457,82	441,48	232,20	673,68	
Carlos Manuel Seixas da Fonseca*	366,26	907,65	654,37	1.562,02	
Maria Lídia Ferreira Sequeira	486,44	1.727,56	279,47	2.007,03	
José Emilio Coutinho Garrido Castel Branco	389,15	1.917,40	464,02	2.381,42	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	389,15	869,40	471,41	1.340,81	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	389,15	1.772,39	740,99	2.513,38	
Carlos Alberto do Maio Correia	389,15	990,28	421,25	1.411,53	
* Cessaram funções a 23-05-2016				11.889,87	

NOTA: de acordo com a DUE a remuneração dos atuais administradores , bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados em partes iguais , pela APL e pela APSS

2015

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	n.a.	86.070	86.070	9.745	0	76.325
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	n.a.	68.856	68.856	4.675	0	64.181

Nos termos ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório para os órgãos sociais estes não podem auferir efetivamente remuneração que exceda os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, pelo que as remunerações acima são reduzidas não só por efeito do artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho mas ainda de modo a se manterem nos valores atribuídos a 1 de Março de 2012.

Membro do CA (Nome)	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais					
			Regime Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	4,27	751,52	CGA/ADSE	18.260	165	n.a.	n.a.	n.a.
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	4,27	755,79	CGA/ADSE	15.243	165	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a deslocações em serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	289	0	1.787			2.076
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	289	316	1.224			1.829

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Dr. Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	80	960	12 meses
Eng.º Carlos Manuel Seixas da Fonseca	80	960	12 meses

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início	Ano de termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações contratuais remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(identificar)			(€)	(€)	(€)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	S	S	41.418	Aquisição	2005	-	n.a	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	458	979	339	1.880	226	

2014

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12 A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	n.a.	86.070	n.a.	4.303	5.442	0	76.325
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	n.a.	68.856	n.a.	3.443	3.095	0	62.318

Nos termos do ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório para os órgãos sociais estes não podem auferir efetivamente remuneração que exceda os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, pelo que as remunerações acima são reduzidas não só por efeito do artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho e da Lei do Orçamento do Estado (até à declaração de inconstitucionalidade do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro que as impunha pelo Acórdão 413/2014, de 30 de maio) mas de modo a se manterem nos valores atribuídos a 1 de Março de 2012.

Membro do CA (Nome)	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais					
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Regime Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de vida	Outros	
			Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	4,27	742,98	CGA/ADSE	20.013	165	n.a.	n.a.	n.a.
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	4,27	772,87	CGA/ADSE	15.579	165	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a deslocações em serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	1.776	103	1.758			3.637
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	854	0	69			924

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	80	960	12 meses
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	80	960	12 meses

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início	Ano de termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações contratuais remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(identificar)			(€)	(€)	(€)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	S	S	41.418	Aquisição	2005	-	n.a	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	458	1.235	663	2.611	244	

3. Conselho Fiscal

2016

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Teresa Isabel Carvalho Costa	17.950,08	2.682,15	0,00	15.267,93
Sara Alexandra Ribeiro Simões Duarte Ambrósio	13.462,48	2.011,64	0,00	11.450,84
Pricewaterhouse Coopers & Associados SROC nº 183	20.576,17	1.029,17	0,00	19.547,00
José Manuel Henriques Bernardo ROC nº 903		0,00	0,00	0,00
				46.265,77

Nos termos do disposto na ata número trinta e um da reunião anual da Assembleia Geral realizada em 29 de junho de 2016 que elegeu os membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da APSS, SA e fixou o respetivo estatuto remuneratório foi aplicada uma redução por forma a que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

2015

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	17.947	2.682	0	15.265
Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	13.460	2.011	0	11.449
Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	17.947	2.682	0	15.265
Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC nº 903	0	0	0	0

Nos termos do ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais aos valores acima referidos foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

2014

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Redução Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	17.947	2.682	15.265
Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	13.460	2.011	11.449
Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	17.947	2.682	15.265
Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC nº 903	0	0	0

Nos termos do ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais aos valores acima referidos foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

Funções e Responsabilidades

Mandato 2016-2018

1. Conselho de Administração

As estabelecidas no art.º 10º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Presidente – Dr.ª Maria Lídia Ferreira Sequeira

As estabelecidas no art.º 13º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e responsabilidades específicas nas áreas comercial e logística, gestão de concessões, desenvolvimento portuário e projetos estratégicos, inovação, qualidade, ambiente e segurança, de apoio ao Conselho de administração e de apoio à provedoria.

Vogal Executivo – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Responsabilidades específicas nas áreas financeira e de informática e telecomunicações.

Vogal Executivo – Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos

Responsabilidades específicas nas áreas de gestão dominial e do porto de Sesimbra e comercial e marketing.

Vogal Executivo – Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque

Responsabilidades específicas nas áreas jurídica, recursos humanos, pilotagem, segurança marítima e portuária e publicidade e comunicação comercial.

Vogal Executivo – Eng.º Carlos Alberto do Maio Correia

Responsabilidades específicas nas áreas de equipamentos, infraestruturas e ambiente e de estudos e desenvolvimento económico.

2. Conselho Fiscal (inclui Revisor Oficial de Contas)

As estabelecidas no art.º 16º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Mandato 2013-2015

1. Conselho de Administração

As estabelecidas no art.º 10º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Presidente – Dr. Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha

As estabelecidas no art.º 13º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e responsabilidades específicas nas áreas de desenvolvimento estratégico e logístico, gestão do património dominial, pilotagem, financeira e porto de Sesimbra.

Vogal Executivo – Eng.º Carlos Manuel Seixas da Fonseca

Responsabilidades específicas nas áreas de equipamentos, infraestruturas e ambiente, gestão das concessões, informática e telecomunicações, recursos humanos, segurança marítima e portuária e gestão da qualidade, ambiente e segurança.

2. Conselho Fiscal (inclui Revisor Oficial de Contas)

As estabelecidas no art.º 16º dos Estatutos da APSS, S.A, aprovados pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de Novembro e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Currículos

Mandato 2016-2018

1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

1.1. Presidente – Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Data de Nascimento: 13 de Abril de 1966

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, variante ciências-jurídicas, 1984-1989.

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito, 2012-2013.

Conclusão em janeiro de 2015 da parte curricular do Mestrado em ciências jurídico-empresariais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, atualmente na fase de preparação da dissertação.

Atividade Profissional Atual

- Desde dezembro de 2005, diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, atualmente Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação, à qual compete, designadamente prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF, bem como a preparar a resposta ao Ministério Público no âmbito dos processos judiciais em que o Estado/DGTF é parte, preparar o Plano de Atividades e Relatório de Atividades da DGTF e assegurar a coordenação interna das ações relativas à atuação dos órgãos de controlo financeiro;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA eleita para os mandatos 2015 e 2016-2018.
- Vogal do Conselho Fiscal da CP – Comboios de Portugal, EPE, eleita para o mandato 2013-2015.
- Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), no âmbito da Liquidação Judicial (Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) do BPP, SA que corre termos sob o n.º 519/10.5TYLSB, no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, SA e da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA.

Outras funções desempenhadas

- Vogal do conselho fiscal dos CTT- Correios de Portugal, SA, eleita para o mandato 2008-2010 e reeleita para o mandato 2012-2014 (cessou funções em novembro de 2013 no âmbito da privatização da empresa);
- Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA, nos mandatos 2006-2008 e 2009-2011;
- Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado - IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado”, fevereiro/março 2013;
- Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado”, junho/julho 2008;
- Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, 2009-2010 e 2014;

- Membro das Comissões de Vencimentos de diversas empresas públicas, designadamente da ANAM – Aeroportos da Madeira, S.A. da APS – Administração do Porto de Sines, S.A., EGREP, EPE e AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.
- Entre agosto de 1997 e novembro de 2005, enquanto jurista e com a categoria de técnica superior, exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro.
- Formadora: i) de Processo Administrativo nos Cursos de Formação Profissional dos Advogados Estagiários, Centro de Estágio do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 1992 e 1993; ii) em diversas ações de formação em matérias de direito administrativo, comercial e em outras áreas específicas da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, o Estatuto Remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, a Regulamentação da União Europeia sobre Concessões e a Ultimação da fase final de introdução do Euro;
- Participação em júris de concursos de pessoal e aquisição de bens e serviços.
- Representação do acionista Estado em Assembleias Gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, SA e da ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA;
- Entre 1991 e julho de 1997, foi advogada e consultora jurídica de várias sociedades.

Lisboa, 2015.05.29

1.2. Secretário – Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo

Data de Nascimento: 3 de agosto de 1966

Habilitações Académicas

Conclusão do curso de economia em 1989 na Universidade Católica Portuguesa e conclusão da parte escolar do MBA em 1999 na Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional

Iniciada na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças em fevereiro de 1992 como Técnico superior até à data exercendo funções: Gabinete de Estudos; área da dívida; Divisão da Coordenação Orçamental e Bonificações e atualmente na Divisão de Garantias e empréstimos.

2. Membros do Conselho de Administração

2.1. Presidente do CA – Dr.ª Maria Lidia Ferreira Sequeira

Habilitações Académicas

- Consultora internacional
- Licenciada em Economia (ISCEF)

- Condecorada com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, concedido por Sua Excelência o Presidente da República em 2014
- Galardão de Líder na Gestão de Empresa Pública (Best Leader Awards 2012)
- Condecorada com o grau de Oficial da Ordem do Mérito, concedido por Sua Excelência o Presidente da República em 1990

Atividade Profissional

2016-: Presidente do Conselho de Administração do Porto de Lisboa, SA e dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

2013–2016: Consultora Internacional

2005-2013: Presidente do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, SA

2005-2013: Vogal do Conselho de Administração da AICEP Global Parques

2004-2005: Gestora de Eixo Prioritário do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010

2000-2004: Gestora da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes (QCA III)/Gestora Sectorial dos Transportes para o Fundo de Coesão

1997-2000: Gestora da Intervenção Operacional dos Transportes (QCA II)/Coordenadora Sectorial dos Transportes para o Fundo de Coesão

1992-1996: Subdirectora-Geral de Transportes Terrestres

1990-1992: Directora do Gabinete de Estudos e Planeamento da D.G.T.T.

1985-1990: Chefe de Divisão de Relações Internacionais 1984-1985: Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Revisão do Sistema Fiscal no Sector dos Transportes

1977-1984: Coordenadora da Equipa para a Planificação e Implementação das Redes de Transporte Escolar

1972 : Ingresso na Direcção-Geral de Transportes Terrestres como Técnica Superior de 2ª Classe

Funções Relevantes Desempenhadas

- Colaboração na Reprogramação do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação e implementação do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (2004-2005)
- Preparação da Reprogramação Intercalar do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (2003-2004)
- Membro do Conselho Consultivo da Rede de Alta Velocidade (2002-2003)
- Representante do Ministério do Equipamento Social nas negociações do 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000)
- Representante, para o sector dos transportes, no Comité Financeiro de Apoio às Redes Transeuropeias, de Fevereiro de 1999 a 2004
- Delegada Nacional ao Comité Técnico dos Transportes/COST, de Janeiro de 1993 a Dezembro de 1996
- Coordenadora do Secretariado Permanente para a Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia. (1992)
- Coordenadora dos trabalhos de organização do 12º Simpósio Internacional CEMT sobre “O Crescimento dos Transportes em Questão” (1992)

- Membro do Conselho Consultivo do GATEL (nomeação em Maio de 1991)
- Coordenadora da equipa que lançou os “Inquéritos à Evolução da Conjuntura” no âmbito dos transportes internacionais rodoviários de mercadorias (de 1990 a 1996)
- Membro efetivo do Comité para a Imputação dos Custos pela Utilização das Infraestruturas (1986 a 1996)
- Membro efectivo do Comité para a Normalização de Contas das Empresas de Caminhos de Ferro, (1986 a 1996)
- Participação nos Conselhos (Transportes), como membro da Delegação Portuguesa (1986 a 1996)
- Participação nos Conselhos de Ministros da CEMT, como membro da Delegação Portuguesa (1990 a 1996)
- Participação como Perito nacional e em representação da D.G.T.T. em várias reuniões no âmbito dos trabalhos desenvolvidos regularmente pela Comunidade Europeia, desde 1986
- Presidiu a Delegação Portuguesa nas reuniões efectuadas ao abrigo dos Acordos Bilaterais sobre Transportes Rodoviários Internacionais (1986 a 1992)

Cursos Profissionais

- Curso de preparação para o exercício da Presidência Portuguesa na Comunidade Europeia (1991)
- Estágio na Direcção-Geral VII (Transportes) em Bruxelas, no âmbito da preparação de funcionários da Administração Pública Portuguesa (1985)
- Estágio no Instituto de Transportes, em Haia, no âmbito dos programas de formação da OCDE sobre “Sistema Tarifário e Organização do Transporte Rodoviário de Mercadorias” (1973)

Outras Funções

- Coordenadora do Núcleo de Investigação sobre Relações Internacionais e Transportes, do Instituto Superior de Transportes (Janeiro de 1997 a 2001)
- Vogal do Conselho Fiscal da Transtejo (1992 a 1996)
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Inde-Intercooperação e Desenvolvimento CRL (de 1987 a 1995)
- Consultor económico da Markttest (1988)
- Consultor económico da COOPAS, Cooperativa de Planeamento Arquitectura e Serviços (1983)
- Sócia fundadora e Presidente da Direcção da cooperativa de acção cultural VIS (1970-1973)

2.2. Vogal executivo – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Dados Pessoais

Data de Nascimento - 27 de Agosto de 1961

Naturalidade - Lisboa

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em Métodos Quantitativos e Técnicas de Planeamento, curso de 1979/84
- Curso de Alta Direção em Administração Pública, INA 2006
- Curso Golden Master ISEG 2011

Atividade Profissional

- Administrador Financeiro da Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, SA e da Administração do Porto de Lisboa, SA
- Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e Supervisão da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde 2015 (não remunerado)
- Presidente do Conselho Fiscal da Carris, SA/Metropolitano de Lisboa, EPE (não remunerado)

Atividades exercidas anteriormente

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parvalorem, Parups e Parparticipadas, S.A. (não remunerado)
- Coordenador do Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões (GASEPC) da Direção Geral do Tesouro e Finanças de 2012/2015
- Administrador Financeiro da EP – Estradas de Portugal, SA 2010/2012
- Administrador da PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS), S.A. de 2007/2010
- Administrador da Sagestamo 2007
- Administrador não executivo do Conselho de Administração da Capitalpor, SGSP, SA de 2008/2010
- Administrador não executivo do Conselho de Administração da Sage secur, SA de 2007/8, empresas do Grupo Parpública
- Diretor Geral do Tesouro e Finanças de 2005/2007
- Subdiretor - Geral do Tesouro de 2002/2005
- Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, agosto 2001 a abril 2002
- Diretor da Tesouraria Central do Estado e Subdiretor – Geral do Tesouro de 1991/2001
- Atividade desenvolvida na Direção Geral do Tesouro desde 1985 a 1991, detendo a categoria de assessor principal do Tesouro

Outras Funções

- Coordenador da Comissão do Acordo Cambial com Cabo Verde (COMACC)
- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos
- Presidente do Conselho Fiscal da REFER, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Estradas de Portugal, S.A.
- Presidente da mesa da Assembleia Geral da PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS), S.A.
- Presidente da Comissão de Vencimentos da REN, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da EDP, S.A.
- Presidente da Liga Profissional de Clubes de Basquetebol, 2003-2006
- Membro do Conselho Superior de Desporto 2003-2006

- Representante no Conselho da ULEB – União das Ligas Europeias de Basquetebol

2.3. Vogal executivo – Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque

Dados Pessoais

Natural de Setúbal, Freguesia de Santa Maria da Graça, 31/12/1958

Residente na Rua Abranches Ferrão, nº 8, 14ºB, 1600-001 Lisboa;

Telemóvel: 966298367 – Telefone fixo: 216078211

rjsroque@gmail.com; ricardo.roque@infraestruturasdeportugal.pt

LinkedIn: pt.linkedin.com/in/ricardoroque

Experiência Profissional

- Vogal dos Conselhos de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, e da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A, desde 24 de Maio de 2016
- Diretor da Direção de Compras e Logística, Infraestruturas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de junho de 2015 (fusão da EP com a REFER), até 23 de maio de 2016;
- Diretor da Direção de Contratação, Compras e Logística, Estradas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de outubro de 2013 a 31 de maio de 2015;
- Vogal do Conselho de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, desde 2 de Maio de 2005 (requisitado à EP) até 22 de fevereiro de 2013;
- Diretor do Departamento de Património do Instituto das Estradas de Portugal – IEP, em comissão de serviço, desde 1 de Fevereiro de 2000 até 1 de maio de 2005 e, em acumulação, também Diretor dos Recursos Humanos, desde 8 de Maio de 2001 até Maio de 2003;
(O IEP foi transformado em empresa pública em 1 de Janeiro de 2005, tendo passado a denominar-se de EP – Estradas de Portugal, EPE;
- Consultor, do quadro de pessoal do Instituto das Estradas de Portugal – IEP (desde 1 de Fevereiro de 2000 e hoje), hoje Infraestruturas de Portugal, SA;
- Adjunto do Ministro da Presidência no XIV Governo (Outubro de 1999 a Fevereiro de 2000);
- Chefe do Gabinete do Alto-Comissário (CAREAT) do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território no XIII Governo (Março de 1996 a Outubro de 1999);
- Advogado com escritório em Macau (20/9/92 a Março de 1996);
- Chefe do Sector de Fiscalização da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (7/3/89 a 31/1/90 e de 15/6/91 a 20/9/92);
- Assessor do Secretário-Adjunto para a Educação e Administração Pública do Governo de Macau (1/2/90 a 14/6/91);
- Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Finanças do Governo de Macau (31/3/88 a 6/3/89);
- Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (9/12/87 a 30/3/88);
- Adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro no XIX Governo (1984-1985).

Educação e Formação

- Licenciatura em Direito (Ciências Jurídicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1987;
- Pós-graduação em Gestão Geral para Executivos no IDEFE/ISEG, 2016;
- Seminário sobre “Expropriações” na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Dezembro de 2000);
- Curso sobre Direitos Humanos- Universidade da Ilha do Príncipe Eduardo, Canadá, 1986.

Associativismo e outras atividades:

- Membro do Conselho Social dos Leões de Portugal, IPSS, desde 2012.
- Presidente do Conselho Fiscal do Club Setubalense (Instituição de Utilidade Pública), desde 1/2012;
- Vice-Presidente do Vitória Futebol Clube de Setúbal (desde 22/12/1999 até 11/07/2003);
- Presidente da Casa do Pessoal do Grupo de Turismo de Macau, 1989 a 1992;
- Membro do Conselho Nacional da Juventude em 1987;
- Representante de Portugal na Conferência sobre o Ano Internacional da Juventude no âmbito da ONU, em Montreal-Canadá, 1985.
- Deputado à Assembleia da República em 1986 (em substituição);
- Diretor da Associação Académica de Coimbra - Organismo Autónomo de Futebol (1984/1987);
- Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (1984/1985);
- Presidente da Mesa da Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (1983/1984);
- Atividades associativas diversas Associação Académica de Coimbra no Liceu Nacional de Setúbal, Casa de Cultura da Juventude de Setúbal/FAOJ (1974-1978);

Línguas

Inglês, Francês e Espanhol

16 de junho de 2016

2.4. Vogal executivo – Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos

Dados pessoais

Nasceu em Lisboa a 7 de setembro de 1976.

Casado, pai de dois filhos.

Habilitações Académicas

Licenciado, pós-graduado e mestre em Direito.

Atividade Profissional

Advogado (titular da cédula profissional 17931L, atualmente suspensa por sua iniciativa), exerceu esta atividade entre 2001 e 2011, havendo posteriormente ocupado o cargo de Diretor do Departamento de

Administração Geral e Patrimonial da Câmara Municipal do Barreiro, a cujo quadro pertence, acumulando-o, por inerência, com o de notário privativo do município.

A partir de meados de 2014 integrou o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Barreiro, acompanhando, entre outras, as matérias de recursos humanos e finanças locais.

Tem participado em debates e encontros sobre matérias de gestão de recursos humanos e finanças públicas, com particular enfoque nas finanças locais, integrando grupos de trabalho temáticos no quadro das relações institucionais da autarquia, bem como na Associação de Municípios da Região de Setúbal ou na Área Metropolitana de Lisboa.

2.5. Vogal executivo – Eng.º Carlos Alberto do Maio Correia

Data de Nascimento: 27-10-1968

Habilitações Académicas

- Mestrado em Transportes (frequência)

Economia dos transportes, gestão de tráfego, transporte ferroviário, material circulante, modelação, pesquisas de mercado, análises custo-benefício económico.

Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

- Licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Planeamento Territorial e Transportes

Engenharia Civil, transportes, economia, planeamento regional e urbano, autoestradas, estradas, caminhos de ferro, aeroportos e edifícios

Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Atividade Profissional

Conta com 24 anos de experiência no sector da mobilidade e dos transportes em áreas relacionadas com o planeamento estratégico de sistemas de transportes, incluindo a coordenação técnica de inúmeros estudos e projetos técnicos de engenharia, de mercado e económico-financeiros.

Desde 1997, que assume em empresas do sector empresarial do Estado funções de direção de órgãos responsáveis pelo planeamento, estudo e gestão de sistemas de transportes, tendo neste âmbito coordenado e participado em inúmeros projetos envolvendo a prestação de serviços de assessoria técnica e a realização de estudos técnicos e económico-financeiros de suporte à decisão.

Conta com uma vasta experiência no desempenho de funções públicas, quer ao nível da assessoria técnica a membros do Governo no apoio à decisão e implementação de políticas de transportes e de gestão das empresas do sector dos transportes tuteladas, quer no desempenho de funções de direção em resultado de ter presidido à AMTL - Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e ao IMTT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.

No âmbito do exercício dos diversos cargos públicos coordenou e assegurou a representação em diversos grupos de trabalho, conselhos consultivos, comissões de acompanhamento e intervenções públicas no âmbito de seminários, palestras, encontros e convenções nacionais e internacionais.

Nos períodos de 1996 a 1997 e de 2005 a 2007, desempenhou as funções de adjunto e assessor na Secretaria de Estado das Obras Públicas e na Secretaria de Estado dos Transportes respetivamente, órgãos do Governo de Tutela e regulação do sector dos transportes e das obras públicas, assegurando o suporte técnico especializado aos membros do Governo responsáveis pelas respetivas áreas.

No período de 2009 a 2011, desempenhou as funções Presidente da Comissão Executiva da AMTL, entidade pública com atribuições em matéria de planeamento, organização, operação, financiamento, fiscalização, divulgação e desenvolvimento do transporte público de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, tendo enquanto primeiro presidente desta Autoridade sido responsável designadamente pelo seu estabelecimento, organização e seleção e constituição de equipas.

Nos períodos de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013, desempenhou as funções de Vogal e Presidente do Conselho Diretivo do IMTT, I.P. – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, instituto público integrado na administração indireta do Estado responsável pela regulação, regulamentação técnica, de licenciamento, de coordenação, de fiscalização e de planeamento no sector dos transportes terrestres e fluviais, com jurisdição sobre todo o território nacional, com sede em Lisboa mas dispondo de serviços desconcentrados, nas Direções Regionais de Mobilidade e Transportes do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, totalizando cerca de 800 colaboradores.

Entre 2013 e 2014, assumiu a função de Responsável do Departamento de Planeamento Estratégico da Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, onde coordenou equipa de 11 colaboradores, cabendo a este Departamento propor a estratégia para o desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional, visando o aumento da quota modal do transporte ferroviário e desenvolver os estudos, planos e programas para a concretização dos investimentos, em alinhamento com a política e orientações para o sistema de transportes.

Em 2015 assumiu a função de Responsável do Departamento de Mobilidade e Clientes da Infraestruturas de Portugal, que integra a Unidade de Estudos e Estratégia, cujas principais atribuições consistem na definição de estratégias intermodais que otimizem o valor económico da mobilidade, em promover a realização de estudos para conhecimento das necessidades do mercado e respetiva segmentação, e apoio à decisão sobre atuações e definição de produtos e serviços multimodais, de apoio ao desenvolvimento das redes e do negócio, designadamente para conhecimento do valor económico gerado e passível de captar pelos serviços fornecidos, de suporte à cooperação com parceiros logísticos com vista à potenciação do negócio core, designadamente na ligação a plataformas logísticas e a portos, monitorização do nível de satisfação dos clientes core, na gestão de cliente core e coordenação da

resolução de interfaces e conflitos e ainda na participação da empresa na definição e implementação da política comum para a TEN-T.

Integra a Direcção da ADFERSIT, Associação sem fins lucrativos de natureza estratégica, científica e técnica que procura contribuir para o desenvolvimento dos transportes em Portugal, com especial enfoque no transporte ferroviário.

2015-2016

Ministério do Ambiente

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente

2015-2015

Gestor de Infraestrutura das Redes Rodoviária e Ferroviária Nacionais

Infraestruturas de Portugal, S.A.

Responsável do Departamento de Mobilidade e Clientes

2013 - 2015

Gestor de Infraestrutura da Rede Ferroviária Nacional

Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE

Responsável do Departamento de Planeamento Estratégico

2011 - 2013

IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Presidente do Conselho Directivo

2009-2011

AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Presidente do Conselho Executivo

2007-2009

IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Vogal do Conselho Directivo

2005-2007

Secretaria de Estado dos Transportes

Assessor da Secretária de Estado dos Transportes

2002-2005

Ferbritas, S.A.

Consultoria e engenharia dos transportes - Setor Empresarial do Estado
Responsável do Gabinete de Estudos e Assessorias (GEA)

1997-2002

FERBRITAS, SA

Consultoria e engenharia dos transportes – Setor empresarial do Estado
Responsável do Gabinete de Estudos de Transportes (GET)

1996-1997

Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território – Secretaria de Estado das Obras
Públicas

Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas

1994-1996

Conta própria

Consultoria

- Estudo de Reformulação das Interfaces da Linha de Cintura, 1994;
- Estudo Estratégico do Sistema de Transportes de Macau. Viabilidade de Introdução de um Novo Modo de Transporte, 1995;
- Estudo de Viabilidade de Localização de uma Grande Superfície Comercial na Zona de Ferreiras/Albufeira – Estudos de Tráfego, 1996;
- Estudo de Mercado no Eixo Lisboa-Coimbra-Guarda (passageiros), 1998;
- Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental da Ligação Luso-Espanhola em Alta Velocidade Porto-Vigo. Procura Actual e Potencial, 2005.

1994-1996

Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Professor Assistente

Docência da cadeira Vias de Comunicação do 4º ano do Curso de Engenharia Civil

1993-1996

CESUR - Centro de Estudos de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico

Assistente de Investigação

Outras Funções/Cargos

- Membro do Conselho Geral da AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e da AMT – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

- Membro dos Conselhos Consultivos:

- Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
- CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

- INIR – Instituto Nacional das Infra-estruturas Rodoviárias, I.P.
- Membro do Conselho de Administração da SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, S.A.
- Presidente da Comissão de Acompanhamento para a renegociação do contrato de concessão do Metro do Sul do Tejo;
- Membro da Comissão de Acompanhamento da parceria público-privada do troço de Alta Velocidade Ferroviária Poceirão – Caia;
- Representante do Ministério Economia e Emprego, na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos projectos de investigação e desenvolvimento associados aos grandes contratos públicos.

3. Membros do Conselho Fiscal

3.1. Presidente CF – Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa

Data de Nascimento: 19 de Agosto de 1968

Habilitações Académicas

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa; Pós graduação em Análise e Interpretação de Demonstrações Financeiras USDA, pelo Graduate School, Washington D.C. e Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional

- Administradora da PVCi (*Portuguese Venture Capital Initiative* - Sociedade de Capital de Risco) desde Abril de 2008;
- Presidente do Conselho Fiscal da SOFID, SA desde Dezembro de 2007 e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, desde Março de 2008;
- Presidente da Assembleia-Geral da Lusa – Agência de Noticias de Portugal SA, desde 2006;
- Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da Parque EXPO 98, SA, desde 2002 e da APL – Administração do Porto de Lisboa, desde 2005;
- Chefe de Divisão do Departamento de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, desde 2000.

Em relação à anterior atividade profissional destaca-se:

Assessora do Conselho de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington D.C (1996/1999); Membro do Conselho de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, em Washington D.C (1996/1999); e, Técnica Superior do Tesouro, Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças (de 1992 a 1996)

(Lisboa, em 20 de Janeiro de 2009)

3.2. Vogal do CF – Dra. Sara Alexandra R. P. Simões Duarte Ambrósio

Data de Nascimento: 13 de Julho de 1971

Habilitações Académicas

Possui a Licenciatura em Direito, na área jurídica, obtida em 05.07.94, pela Universidade Autónoma de Lisboa, com a média final de curso de 13 valores.

Possui uma pós-graduação em Estudos Europeus pelo ISEG, concluída em 29.07.96 com a média final de 13 valores.

Atividade Profissional

DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO (desde 04.08.97) - Foi admitida na Direcção-Geral do Tesouro por contrato administrativo de provimento, em 4 de Agosto de 1997, na sequência de concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira Técnica Superior. Concluiu o estágio em 1998, com a classificação final de “Bom com distinção”.

Exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico até 31.03.2007, destacando-se a emissão de pareceres jurídicos, a análise e elaboração de projetos legislativos, o acompanhamento de processos administrativos e judiciais, e a representação da DGT em processos de contencioso administrativo e fiscal, em todas as áreas de competências da DGT, mais concretamente em matérias de Direito Financeiro, Administrativo, Fiscal e Comercial.

Exerce, desde 01.04.2007, funções no Gabinete de Acompanhamento Financeiro, no âmbito do Departamento de Intervenção Financeira do Estado.

Detêm a categoria de Técnica Superior do Tesouro Especialista.

Destaca-se o exercício das funções de formadora na DGT, a colaboração em diversos grupos de trabalho para elaboração de projetos legislativos, a participação como membro efetivo em júris de concurso de pessoal e de procedimentos para aquisição de bens e serviços, bem como o exercício do cargo de secretária da mesa da Assembleia Geral da APSS, SA, a representação do acionista Estado em sociedades anónimas por si participadas e a participação em comissões de fixação de vencimentos.

Frequentou várias ações de formação profissional, seminários e conferências, possui conhecimentos informáticos e domina fluentemente o Inglês.

(Lisboa, em 15 de Janeiro de 2009)

3.3. Vogal do CF – ROC – Dr. José Miguel Dantas Maio Marques

Data de Nascimento: 15 de Maio de 1975

Habilitações Académicas

Licenciado em economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pós-graduado em Gestão Imobiliária pela Escola de Gestão do Porto e Revisor Oficial de Contas.

É atualmente sócio da PricewaterhouseCoopers. Possui vasta experiência em auditoria a empresas nacionais e multinacionais de vários ramos de atividade incluindo Portos e Transportes Marítimos.

Atividade Profissional

Dentro das diversas funções que exerce na PricewaterhouseCoopers Miguel Marques é o sócio responsável pelo projecto Economia do Mar em Portugal e pertence à equipa global de especialistas em Economia do Mar. Miguel Marques é autor do LEME – Barómetro PwC da Economia do Mar (Portugal), que é uma compilação de informação que permite acompanhar, ao longo do tempo, a evolução da economia do mar, em Portugal e que, simultaneamente, possibilita realizar uma análise das tendências e das escolhas que estão a ser efectuadas pelos diversos agentes económicos. O LEME é constituído por informação quantitativa traduzida em índices e por informação que resulta de inquéritos efectuados aos gestores de topo de entidades de referência nos diversos subsectores que operam no âmbito da economia do mar, em Portugal. Tem participado em diversos estudos sobre a economia e em particular sobre economia do mar e tem sido orador convidado em diversos seminários sobre os vários temas económicos. Especialista em contabilidade avançada incluindo Normas Internacionais de Contabilidade sendo formador de diversos cursos sobre estas matérias.

3.4. Vogal Suplente do CF – Dr. José Manuel Henriques Bernardo

Habilitações Académicas

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Gestão. É Revisor Oficial de Contas.

Territory Senior Partner da PwC Portugal e por inerência Presidente.

Partner dos serviços de Assurance (Auditoria) no grupo de Financial Services.

Membro da Comissão Executiva da PwC Portugal.

Atividade Profissional

Coordenou diversos trabalhos de auditoria e assessoria a bancos centrais, bancos comerciais, empresas financeiras, comerciais, industriais e de serviços, em Portugal e no estrangeiro.

Orador em diversas conferências sobre assuntos relacionados com a regulação de instituições financeiras e foi monitor em diversos cursos ministrados pela PwC ao nível da formação interna e externa, nos domínios da banca, do leasing, investimentos financeiros e auditoria.

Ao longo dos últimos anos, tem sido Partner responsável por inúmeros projetos de auditoria e assessoria no sector financeiro.

Mandato 2013-2015

1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

1.1. Presidente – Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Data de Nascimento: 13 de Abril de 1966

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, variante ciências-jurídicas, 1984-1989.

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito, 2012-2013.

Conclusão em janeiro de 2015 da parte curricular do Mestrado em ciências jurídico-empresariais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, atualmente na fase de preparação da dissertação.

Atividade Profissional Atual

- Desde dezembro de 2005, diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, atualmente Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação, à qual compete, designadamente prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF, bem como a preparar a resposta ao Ministério Público no âmbito dos processos judiciais em que o Estado/DGTF é parte, preparar o Plano de Atividades e Relatório de Atividades da DGTF e assegurar a coordenação interna das ações relativas à atuação dos órgãos de controlo financeiro;
- Vogal do Conselho Fiscal da CP – Comboios de Portugal, EPE, eleita para o mandato 2013-2015.
- Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), no âmbito da Liquidação Judicial (Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) do BPP, SA que corre termos sob o n.º 519/10.5TYLSB, no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, SA e da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA.

Outras funções desempenhadas

- Vogal do conselho fiscal dos CTT- Correios de Portugal, SA, eleita para o mandato 2008-2010 e reeleita para o mandato 2012-2014 (cessou funções em novembro de 2013 no âmbito da privatização da empresa);
- Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA, nos mandatos 2006-2008 e 2009-2011;
- Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado - IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado”, fevereiro/março 2013;
- Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado”, junho/julho 2008;
- Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, 2009-2010 e 2014;
- Membro das Comissões de Vencimentos de diversas empresas públicas, designadamente da ANAM – Aeroportos da Madeira, S.A. da APS – Administração do Porto de Sines, S.A., EGREP, EPE e AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.
- Entre agosto de 1997 e novembro de 2005, enquanto jurista e com a categoria de técnica superior, exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro.
- Formadora: i) de Processo Administrativo nos Cursos de Formação Profissional dos Advogados Estagiários, Centro de Estágio do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 1992 e 1993; ii) em diversas ações de formação em matérias de direito administrativo, comercial e em outras áreas específicas da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, o Estatuto Remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, a Regulamentação da União Europeia sobre Concessões e a Ultimação da fase final de introdução do Euro;
- Participação em júris de concursos de pessoal e aquisição de bens e serviços.
- Representação do acionista Estado em Assembleias Gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, SA e da ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA;
- Entre 1991 e julho de 1997, foi advogada e consultora jurídica de várias sociedades.

Lisboa, 2015.05.29

1.2. Presidente – Eng.º José Inácio Coelho Toscano

Data de Nascimento: 19 de Setembro de 1948, Maceira-Leiria, Portugal

Habilitações Académicas

- Licenciado em Engenharia Química, pelo IST, Universidade Técnica de Lisboa, 1974.
 - Estágio anual em Planeamento e Administração da Educação – Instituto Internacional de Planeamento da Educação – UNESCO, Paris, 1975-76.
 - Seminários diversos: IFB, IIAP, INA, ISG, UNL, UTL.
- Idiomas estrangeiros: Francês, inglês, espanhol.

Atividade Profissional

- | | |
|-----------|--|
| 1973/76 | Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa: Monitor e Assistente eventual. |
| 1976/81 | Universidade Técnica de Lisboa e D. G. Ensino Superior (M. Ed.) Técnico Superior. |
| 1981/85 | Gabinete para a Cooperação Económica Externa, Ministério das Finanças: Técnico Superior e Chefe de Divisão. |
| 1985/89 | Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças: Chefe de Divisão (interrupção em 1987/88). |
| 1987/88 | Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, D.C., E.U.A.: Administrador Suplente. |
| 1989/91 | Secretaria de Estado do Tesouro, Ministério das Finanças: Chefe do Gabinete. |
| 1991/2000 | Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças: Subdiretor-Geral. |
| 2000/2012 | INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.: Administrador. |
| 2002/2011 | MULTICERT – Serviços de Certificação Eletrónica, S.A.: Administrador, em representação da INCM, S.A. |
| 2002/2011 | CERTIPOR – Sociedade Portuguesa de Certificados Digitais, S.A.: Administrador em representação da MULTICERT. |
| 2011/2012 | MULTICERT – Serviços de Certificação Eletrónica, S.A.: Presidente do Conselho de Administração, em representação da INCM, S.A. |

Funções exercidas em acumulação

- | | |
|---------|--|
| 1989/96 | GDP – Gás de Portugal, S.A.: Presidente do Conselho Fiscal. |
| 1991/93 | BEI - Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo: Administrador Suplente (não residente). |
| 1991/97 | FCE - Fundo para a Cooperação Económica: Vogal do Conselho Diretivo. |

Associações

Ordem dos Engenheiros – membro efetivo.

SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social – membro do Conselho Diretivo nos biénios 1989-91 e 1991-93.

1.3. Secretário – Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo

Data de Nascimento: 3 de agosto de 1966

Habilitações Académicas

Conclusão do curso de economia em 1989 na Universidade Católica Portuguesa e conclusão da parte escolar do MBA em 1999 na Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional

Iniciada na Direção-Geral do Tesouro e Finanças em fevereiro de 1992 como Técnico superior até à data exercendo funções: Gabinete de Estudos; área da dívida; Divisão da Coordenação Orçamental e Bonificações e atualmente na Divisão de Garantias e empréstimos.

2. Membros do Conselho de Administração

2.1 Presidente CA – Dr. Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha

Data de Nascimento: 23 de abril de 1969

Habilitações Académicas

Licenciatura em Economia em 1992, com especialização em Política Económica e Planeamento, com elevadas competências em matemáticas e econometria aplicadas, ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Pós-Graduação em Gestão do Transporte Marítimo e Gestão Portuária em 1997, com especialização em Gestão Portuária, ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Mestre em Gestão/MBA em 2010, em especialização da tese em Gestão Portuária e média de 17 valores (18 valores na tese) - Prémio BES para o melhor aluno MBA do ISEG no ano, ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Doutorando em Gestão em 2011-2014 (a decorrer), com especialização de tese em Gestão Portuária, sobre os fatores determinantes do desempenho dos terminais de contentores recorrendo aos modelos equações estruturais, Universidade de Évora.

Atividade Profissional

DGDR, Direção Geral de Desenvolvimento Regional

Desde agosto de 1992 a 31 de dezembro de 1993, exerceu funções de Técnico Superior na gestão da concessão dos fundos comunitários no âmbito do programa Telematique e Star ligados à promoção das novas tecnologias nas empresas.

APSS, Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

De 1 de Janeiro de 1994 a 31 de Dezembro de 2002 e de 1 de Janeiro de 2005 até 21 de fevereiro de 2013, exerceu funções como Técnico Superior, Chefe de Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (agosto de 1998 a setembro de 2000), Diretor dos Serviços Comerciais e de Marketing (outubro de 2000 até dezembro de 2002) e Diretor de Desenvolvimento Estratégico e Logístico (janeiro de 2005 até fevereiro de 2013), tendo sido responsável pelo planeamento portuário geral, estratégia comercial e grandes projetos, marketing e desenvolvimento logístico, negociação de novas concessões portuárias e de outros grandes usos dominiais ligados aos portos, definição, avaliação, financiamento e lançamento de novos terminais portuários e projetos de melhoria das acessibilidades do porto, marítimas e terrestres, bem como por estudos económicos e de mercado ligados aos serviços portuários.

APL, Administração do Porto de Lisboa, S.A.

De 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2004, exerceu funções de Diretor Comercial do Porto de Lisboa, responsável pela gestão comercial do porto de Lisboa em todas as suas vertentes, navios e cargas, terminais portuários de mercadorias, navios e gares de cruzeiro, docas de recreio, ocupações de restauração e todas as atividades existentes na área dominial do porto de Lisboa, líquida e terrestre, nas duas margens do Tejo entre a Caparica e Alcochete, Vila Franca e Oeiras. O regresso em 2005 à APSS foi ditado pela conclusão da missão que tinha sido proposta no porto de Lisboa e pelo novo desafio que foi lançado de desenvolvimento comercial do novo terminal de contentores entretanto acabado de construir em Setúbal.

Federação Portuguesa de Atletismo

Desde dezembro 2012, exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal na Federação Portuguesa de Atletismo (não remunerado).

ADFERSIT, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes

Desde junho de 2010, exerceu as funções de membro da Direção (até maio de 2012) e Presidente da Direção (desde maio de 2012) – não remunerado

CEGE, Centro de Estudos de Gestão do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa

Desde 1998, exerceu funções de Professor convidado de Marketing e Estratégia Portuário, no Curso de Pós-graduação em Gestão do Transporte Marítimo e Gestão Portuária.

Foi representante da APSS na Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, na Direção da Agência Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância e na Assembleia-Geral da FIAPAL – Fórum da Indústria Automóvel de Palmela.

Foi professor convidado de Marketing Portuário no Mestrado de Gestão Portuária da APDL, Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. e da ENIDH, Escola Náutica Infante D. Henrique.

Foi professor convidado da Escola Europeia de Shortsea Shipping do Porto de Barcelona, com diversas ações de formação ferro-marítima.

Participação em 2 Seminários nos PALOP/CNUCED, como formador portuário em Cabo Verde sobre marketing e vertente comercial portuária e sobre concessões de terminais portuários.

Orador convidado em diversas conferências e seminários sobre a temática portuária e sobre transportes no âmbito da CPLP, da APSS, revista Cargo, ADFERSIT, revista Transportes e Negócios, revista Transportes em Revista, APLOG, AGEPOR, Fórum Empresarial da Economia do Mar e a nível local em Setúbal.

Autor do Livro “Textos sobre Gestão Portuária”, Cargo Edições, 2007 e do Livro “Gestão Portuária II”, 2011, exemplos únicos em Portugal de publicações sobre o tema, o último lançado na FNAC.

Participação nos estudos sobre portos e logística em Portugal e no estrangeiro. Estudos portuários internacionais diversos realizados com CEGE - Centro de Estudos de Gestão, do ISEG, no âmbito da Comissão Europeia.

Dois textos académicos publicados sobre empreendedorismo e dois textos académicos sobre gestão portuária aprovados para publicação em revistas internacionais ISI, com revisão por pares. Três textos académicos sobre gestão portuária e um texto sobre empreendedorismo em preparação para publicação em revistas internacionais ISI, com revisão por pares.

Autor de diversos artigos técnico-portuários publicados mensalmente/semanalmente em revistas do sector portuário desde 1998.

Membro de mérito da Confraria do Mar.

(Setúbal, fevereiro de 2013)

2.2 Vogal Executivo – Eng.º Carlos Manuel Seixas da Fonseca

Data de Nascimento: 30 de dezembro de 1948

Habilitações Académicas

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (IST) e membro da Ordem dos Engenheiros.

É Equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) aonde iniciou a atividade docente, em Maio de 1978.

Atividade Profissional

Iniciou a atividade profissional nos portos com a sua admissão como técnico do quadro do Instituto do Trabalho Portuário (ITP).

Foi Subdiretor Geral de Higiene e Segurança no Trabalho (86/93).

Regressou ao setor para Vogal do Conselho Diretivo do ITP (93/98), Chefe do Departamento de Operação Portuária no Instituto Marítimo-Portuário (IMP) (00/03) e Diretor de Serviços de Atividades Setoriais (Atividades Portuárias, Transporte Marítimo e Cooperação) no Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM,IP) (2003/13).

É auditor dos Cursos de Defesa Nacional.

(Setúbal, fevereiro de 2013)

3. Membros do Conselho Fiscal

3.1. Presidente CF – Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa

Data de Nascimento: 19 de Agosto de 1968

Habilitações Académicas

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa; Pós graduação em Análise e Interpretação de Demonstrações Financeiras USDA, pelo Graduate School, Washington D.C. e Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional

- Administradora da PVCi (*Portuguese Venture Capital Initiative* - Sociedade de Capital de Risco) desde Abril de 2008;
- Presidente do Conselho Fiscal da SOFID, SA desde Dezembro de 2007 e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, desde Março de 2008;
- Presidente da Assembleia-Geral da Lusa – Agência de Notícias de Portugal SA, desde 2006;
- Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da Parque EXPO 98, SA, desde 2002 e da APL – Administração do Porto de Lisboa, desde 2005;
- Chefe de Divisão do Departamento de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, desde 2000.

Em relação à anterior atividade profissional destaca-se:

Assessora do Conselho de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington D.C (1996/1999); Membro do Conselho de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, em Washington D.C (1996/1999); e, Técnica Superior do Tesouro, Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças (de 1992 a 1996)

(Lisboa, em 20 de Janeiro de 2009)

3.2. Vogal do CF – Dra. Sara Alexandra R. P. Simões Duarte Ambrósio

Data de Nascimento: 13 de Julho de 1971

Habilitações Académicas

Possui a Licenciatura em Direito, na área jurídica, obtida em 05.07.94, pela Universidade Autónoma de Lisboa, com a média final de curso de 13 valores.

Possui uma pós-graduação em Estudos Europeus pelo ISEG, concluída em 29.07.96 com a média final de 13 valores.

Atividade Profissional

DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO (desde 04.08.97) - Foi admitida na Direcção-Geral do Tesouro por contrato administrativo de provimento, em 4 de Agosto de 1997, na sequência de concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira Técnica Superior. Concluiu o estágio em 1998, com a classificação final de “Bom com distinção”.

Exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico até 31.03.2007, destacando-se a emissão de pareceres jurídicos, a análise e elaboração de projetos legislativos, o acompanhamento de processos administrativos e judiciais, e a representação da DGT em processos de contencioso administrativo e fiscal, em todas as áreas de competências da DGT, mais concretamente em matérias de Direito Financeiro, Administrativo, Fiscal e Comercial.

Exerce, desde 01.04.2007, funções no Gabinete de Acompanhamento Financeiro, no âmbito do Departamento de Intervenção Financeira do Estado.

Detêm a categoria de Técnica Superior do Tesouro Especialista.

Destaca-se o exercício das funções de formadora na DGT, a colaboração em diversos grupos de trabalho para elaboração de projetos legislativos, a participação como membro efetivo em júris de concurso de pessoal e de procedimentos para aquisição de bens e serviços, bem como o exercício do cargo de secretária da mesa da Assembleia Geral da APSS, SA, a representação do acionista Estado em sociedades anónimas por si participadas e a participação em comissões de fixação de vencimentos.

Frequentou várias ações de formação profissional, seminários e conferências, possui conhecimentos informáticos e domina fluentemente o Inglês.

(Lisboa, em 15 de Janeiro de 2009)

3.3. Vogal do CF – ROC – Dr. José Pereira Alves

Licenciado em economia pela Faculdade de Economia do Porto e Revisor Oficial de Contas.

Territory Senior Partner da PricewaterhouseCoopers desde 2011 e responsável pela coordenação de vários clientes de Auditoria e Revisão de Contas, nomeadamente, Grupo Amorim, Grupo RAR, Grupo TAP, Grupo Inapa e Grupo CTT.

Integrou entre 2001 e 2003 o “Territory Leadership Team”, órgão de gestão da PricewaterhouseCoopers em Portugal, tendo voltado a assumir funções neste órgão a partir de 1 de Julho de 2007.

Foi responsável, ao nível da PricewaterhouseCoopers, pelas áreas de Formação, Metodologia de Auditoria, “Human Capital” e “Knowledge Management”.

Foi monitor do curso de Pós-Graduação em Auditoria, desenvolvido em conjunto com o ISAG, entre 1997 e 2002, tendo sido o responsável pelas três últimas edições.

Integrou desde Março de 1999 até Setembro de 2000 o corpo docente do ISAG na Licenciatura Bi-Etápica em Gestão de Empresas (Ramo de Auditoria).

Participante e monitor em vários cursos de auditoria leccionados no âmbito do programa de formação interna da PricewaterhouseCoopers.

Foi docente da cadeira de Auditoria no MBA em Finanças da Faculdade de Economia do Porto entre 2004 e 2008.

3.4. Vogal Suplente do CF – Dr. José Manuel Henriques Bernardo

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Gestão. É Revisor Oficial de Contas.

Territory Senior Partner da PwC Portugal e por inerência Presidente.

Partner dos serviços de Assurance (Auditoria) no grupo de Financial Services.

Membro da Comissão Executiva da PwC Portugal.

Coordenou diversos trabalhos de auditoria e assessoria a bancos centrais, bancos comerciais, empresas financeiras, comerciais, industriais e de serviços, em Portugal e no estrangeiro.

Orador em diversas conferências sobre assuntos relacionados com a regulação de instituições financeiras e foi monitor em diversos cursos ministrados pela PwC ao nível da formação interna e externa, nos domínios da banca, do leasing, investimentos financeiros e auditoria.

Ao longo dos últimos anos, tem sido Partner responsável por inúmeros projetos de auditoria e assessoria no sector financeiro.